



AS REPERCUSSÕES DO CUIDADO NA SAÚDE MENTAL DE MÃES DE CRIANÇAS COM DEFICIÊNCIA

Adelita Pereira de Lima – UnB

Grupo de Trabalho: GT 4 – Medicalização da Vida: Diálogos entre Direito, Antropologia e Saúde Mental

RESUMO:

Este estudo expandido apresenta os resultados da dissertação de mestrado da autora, que analisou as repercussões do cuidado na vida de mães de crianças com deficiência a partir de uma perspectiva interseccional, considerando gênero, raça, classe e deficiência. A pesquisa evidenciou como a construção desigual dos papéis de gênero naturaliza a responsabilidade feminina pelo cuidado, gerando impactos econômicos, sociais e subjetivos, como sobrecarga, isolamento e adoecimento físico e mental. Fundamentada em autoras como Diniz (2007), Fietz (2020) e Akotirene (2019), a investigação foi realizada em um hospital público de Brasília, por meio de 15 (quinze) entrevistas semiestruturadas com mães cuidadoras. Embora a dissertação tenha sido defendida em 2022 sem política nacional sobre o tema, a criação da Política Nacional de Cuidados (Lei nº 15.069/2024) reforça a relevância dos resultados, destacando a importância do reconhecimento do cuidado como direito, necessidade e trabalho, especialmente para a promoção da saúde mental das cuidadoras.

Palavras-chave: Cuidado; Gênero; Deficiência; Interseccionalidade; Saúde Mental.

1. INTRODUÇÃO

Este resumo apresenta os resultados da dissertação de mestrado da autora, que investigou as repercussões do cuidado na vida de mães de crianças com deficiência a partir de uma perspectiva interseccional. A pesquisa buscou compreender como o cuidado cotidiano dessas crianças impacta o dia a dia, as experiências e as vivências de suas mães.



A realização do estudo apoiou-se na relevância social e política do tema, especialmente diante de dados recentes que evidenciam a centralidade do cuidado na vida das mulheres. De acordo com o IBGE (2024), em 2022, as mulheres dedicaram quase o dobro do tempo aos cuidados de pessoas e aos afazeres domésticos em comparação aos homens (21,3 horas contra 11,7 horas). Esses dados, somados a pesquisas sobre cuidado e deficiência, ressaltam a importância do cuidado para a promoção da autonomia e da participação social de pessoas com deficiência, fundamentando-se na ética do cuidado.

Embora inicialmente não se pretendesse restringir a investigação às mães, o trabalho de campo, realizado por meio das entrevistas, revelou que todas as participantes eram mães. As repercussões identificadas atravessam diferentes dimensões da vida dessas mulheres, com destaque para os impactos em sua saúde mental, que constitui o foco principal da apresentação dos resultados neste resumo.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

O debate teórico concentrou-se nos conceitos de gênero, cuidado e deficiência, analisados à luz de estruturas de dominação — patriarcado, capitalismo, racismo e capacitismo — que produzem desigualdades sociais. A partir da divisão sexual e racial do trabalho (KERGOAT, 2009) e da perspectiva interseccional de Akotirene (2019) e de outras intelectuais negras, buscou-se compreender como gênero, raça, classe e deficiência atravessam a experiência das mulheres cuidadoras, evidenciando a naturalização da responsabilidade feminina pelo cuidado, especialmente entre mulheres negras e em situação de empobrecimento.

O cuidado foi discutido como necessidade humana universal, de responsabilidade coletiva e política, e não apenas dever privado das famílias (DINIZ, 2007). Na deficiência, adotou-se a concepção social, que desloca o foco da limitação individual para as barreiras sociais, reforçando a importância de uma ética que valorize autonomia, dignidade e interdependência, essencial à efetivação dos direitos humanos.

O diálogo com Fietz (2020) e Diniz (2007) evidenciou a imposição às mães da responsabilidade pelo “bom cuidado” e proteção, mesmo sem apoio social ou estatal,



gerando sobrecarga e impactos na saúde mental, atravessadas por múltiplas desigualdades. A Política Nacional de Cuidados, instituída em 2024, representa avanço ao reconhecer o cuidado como direito, necessidade e trabalho, reforçando a urgência de contemplar o direito à saúde mental das cuidadoras.

3. METODOLOGIA

A pesquisa adotou abordagem qualitativa, desenvolvida em duas etapas complementares. Inicialmente, realizou-se levantamento bibliográfico em bases de dados sobre gênero, deficiência e cuidado, com o objetivo de identificar contribuições teóricas e lacunas de investigação. Apesar da ampla produção sobre cuidado de pessoas com deficiência, observou-se escassez de estudos específicos sobre o cuidado de crianças no Distrito Federal, especialmente por mães cuidadoras.

No trabalho de campo, foram conduzidas 15 (quinze) entrevistas semiestruturadas com mães de crianças atendidas em um Centro Especializado em Reabilitação vinculado a um hospital público de Brasília. As participantes foram selecionadas considerando a diversidade de idade, cor/raça, escolaridade, renda e ocupação, abrangendo o cuidado de crianças de até 12 anos. As entrevistas foram realizadas entre abril e maio de 2022, com o objetivo de registrar as experiências, percepções e repercussões do cuidado no cotidiano dessas mulheres.

O projeto foi aprovado pelo Núcleo de Ensino e Pesquisa do hospital e pelos Comitês de Ética em Pesquisa da Universidade de Brasília (CEP/CHS/UnB) e da Fundação de Ensino e Pesquisa em Ciências da Saúde (CEP/FEPECS/SES-DF), conforme Resolução nº 510/2016. As entrevistas foram transcritas e analisadas por meio da técnica de análise temática de conteúdo, resultando na organização de temas e subtemas. Todas as participantes assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), garantindo anonimato e cumprimento dos preceitos éticos.

4. RESULTADOS/DISCUSSÃO

Os resultados da pesquisa evidenciaram que o cuidado de crianças com deficiência impacta profundamente a vida das mães cuidadoras, especialmente no que se refere à saúde mental. A análise foi organizada em quatro eixos — divisão sexual



do trabalho, vivência e percepção da deficiência, dinâmica e repercussão do cuidado e papel do Estado — articulando as narrativas das participantes com a fundamentação teórica sobre gênero, deficiência e cuidado.

No eixo da dinâmica e repercussão do cuidado, as participantes relataram sobrecarga, cansaço e adoecimento físico e psíquico decorrentes das longas jornadas de cuidado, deslocamentos frequentes e barreiras sociais enfrentadas. Diversas mães descreveram rotinas extenuantes, comparando-se a “24 horas em função das crianças”, e relataram quadros de depressão e uso de medicação controlada, evidenciando a alta demanda por serviços de saúde mental e a necessidade de estratégias que ultrapassem a mera medicalização, promovendo acolhimento integral e suporte contínuo.

Os relatos também reforçam a importância de políticas públicas que promovam a corresponsabilização pelo cuidado, articulando ações do Estado voltadas à prevenção do adoecimento e à compatibilização das responsabilidades de cuidado. A centralidade do cuidado na vida dessas mulheres evidencia a necessidade de políticas intersetoriais, que considerem tanto a saúde mental das cuidadoras quanto a promoção da autonomia e participação social das crianças com deficiência.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa confirmou a hipótese inicial de que o cuidado repercute de forma significativa na vida social e econômica das mulheres cuidadoras de crianças com deficiência, evidenciando também impactos importantes na saúde mental. O trabalho de campo mostrou, de forma particularmente clara, a sobrecarga emocional e física, o isolamento e a abdicação de diferentes dimensões da vida dessas mulheres, reforçando a especificidade da maternagem de crianças com deficiência e a responsabilidade social desproporcional que recai sobre elas.

O desenvolvimento da pesquisa enfrentou desafios consideráveis, incluindo a realização das entrevistas em contexto de pandemia, com protocolos de segurança, vacinação parcial e ambiente hospitalar sujeito a interrupções e barulhos. Apesar dessas dificuldades, a pesquisa demonstrou relevância ao possibilitar a escuta às mães cuidadoras e revelar como suas experiências de cuidado estão atravessadas



por desigualdades de gênero, raça e classe, ressaltando a centralidade da saúde mental como dimensão crítica de análise.

Portanto, trata-se de uma pesquisa de grande relevância, ao evidenciar o cuidado como uma questão política, que deve ser corresponsabilizada socialmente, problematizando a ausência de políticas públicas voltadas às mulheres que exercem funções de cuidado e a falta de proteção dos direitos das pessoas com deficiência. O foco na saúde mental evidencia a importância de garantir que essas mulheres tenham acesso a mecanismos de prevenção e acompanhamento, contando com uma rede de apoio do Estado que contribua para evitar o adoecimento e ofereça cuidado integral àquelas já afetadas. Essa discussão dialoga diretamente com a recém-instituída Política Nacional de Cuidados, reforçando a necessidade de sua implementação de forma efetiva e intersetorial.

REFERÊNCIAS

AKOTIRENE, Carla. **O que é interseccionalidade?** Belo Horizonte - MG: Letramento: Justificando, 2019. p. 11-68.

BRASIL. Lei nº 15.069 de 23 de dezembro de 2024. **Institui a Política Nacional de Cuidados**. Brasília, DF, Brasil, 2024.

DINIZ, Débora. **O que é deficiência**. São Paulo: Editora Brasiliense, 2007.

FIETZ, Helena Moura. **Construindo Futuros, Provocando o Presente: Cuidado familiar, moradias assistidas e temporalidades na gestão cotidiana da deficiência intelectual no Brasil**. Tese (Doutorado em Antropologia) Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2020.

IBGE. **Estudos e Pesquisas. Informação Demográfica e Socioeconômica**, n.38, 2024.

KERGOAT, Danièle. **Divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo**. In: Dicionário Crítico do Feminismo. HIRATA, Helena. et al (Orgs.). São Paulo, UNESP, 2009.